

# Rolagem estadual força novos cortes



O aumento da rolagem da dívida dos Estados e municípios com aval da União poderá forçar o Governo Federal a elevar tributos ou cortar outras despesas, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, após prestar depoimento à Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados. Ele considera a proposta de rolagem contida no Orçamento Geral da União a melhor para a Fazenda. "Cada centavo a menos que eles pagarem, será um centavo a mais de gastos e um centavo a menos para a União", reclamou Mailson.

A sessão, que durou mais de quatro horas, foi solicitada pela deputada Irma Passoni (PT-SP), e pretendia esclarecer os parlamentares sobre questões relacionadas com a conjuntura interna. Os pontos mais abordados foram as dívidas externa, interna e o ajuste fiscal. Apesar da discordância de vários deputados em relação às opiniões do ministro, os debates ocorreram sem maiores conflitos.

Os ânimos se exaltaram somente durante a participação do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que protestou contra a negativa do ministro em reunir-se meses atrás com os membros da Subcomissão da Dívida Externa do Congresso e cobrou as soluções de Mailson da Nóbrega para a crise.

Com uma ponta de ironia, o ministro afirmou que solucionar a crise não é tarefa para um milagreiro, como faz pensar "este tipo de discurso demagógico". A crise, segundo ele, deve ser combatida por todos. A reação do deputado foi imediata: "Demagogia é a sua, pois desde março estamos procurando contato com vossa excelência".

## DÍVIDA

O ministro esclareceu suas declarações recentes sobre a necessidade de mudar a forma do pagamento da dívida externa e de suspender as conversações em investimento. Ele reconheceu que a remessa de divisas ao exterior agrava a crise econômica brasileira, mas discorda do remédio defendido pelos setores mais à esquerda, que pregam a suspensão do pagamento aos credores.

As relações do País com o exterior, explica o ministro, não se restringem aos contatos com os banqueiros. Uma medida desse tipo traria reflexos imediatos na importação de máquinas, matérias-primas,

no treinamento de mão-de-obra no exterior e prejudicaria a exportação de excedentes da produção nacional. Tudo isso poderia reduzir a renda brasileira, agravando ainda mais a crise, afirmou o ministro.

O fato de se defender uma alteração no pagamento da dívida, segundo ele, não implica reconhecimento de que o acordo com os credores foi ruim. "O acordo não é a solução satisfatória para o problema, é um passo", comenta o ministro, que considera a negociação convencional melhor que a inexistência de um acordo. E foi nesta situação de não ter fechado um acordo anteriormente que o País teve prejuízos com *spreads* (taxa de risco cobrada pelos banqueiros) mais elevadas que a dos demais países latino-americanos. Com a renegociação encerrada em julho, o País pôde garantir a economia de 3 bilhões de dólares nesse ano, no pagamento dos encargos da dívida, garantir a retomada de financiamentos e preparar-se para dar novos passos na redução das remessas, afirmou Mailson.

Um dos resultados concretos da regularização das contas externas do País, segundo ele, é a disposição do governo japonês em liberar 500 milhões de dólares para a construção de uma termoeletrônica em São Paulo com recursos do Fundo Nakasone. Ao todo, este fundo estaria estudando financiamento de 19 projetos brasileiros, totalizando 1,2 bilhão de dólares.

## QUÉRCIA

O ministro rebateu as acusações que o governador de São Paulo, Orestes Quércia, tem feito, de que a negociação da dívida foi mal encaminhada pois o País não aproveitou o deságio dos títulos da dívida brasileira negociados em Nova Iorque. Segundo Mailson, este tipo de operação, com o Governo adquirindo sua própria dívida, somente pode ser feito por quem possui muitas reservas, o que seria inviável no Brasil.

Apesar dos altos saldos que o Brasil está obtendo na balança comercial, não ocorre uma elevação proporcional das reservas internacionais do País. Isto porque, além de servir para pagar os juros da dívida, esse saldo é utilizado para pagamento de fretes, seguros, serviços prestados por estrangeiros, e nesse balanço o Brasil gasta mais do que recebe.